



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1592784 - PR
(2019/0291789-4)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI

AGRAVANTE : ATIVA INVESTIMENTOS S/A CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES

ADVOGADOS : LETÍCIA LOBO ELPO - PR051697

LEONARDO PIMENTEL DA SILVA ORTH - PR054771

VITOR SERENATO - PR081530

FERNANDA CRISTINA SILVA MARIANO - PR097778

AGRAVADO : JOSEANE RENDAK DALBERTO E RODRIGO OTAVIO DALBERTO LTDA

ADVOGADOS : CARLA FLEISCHFRESSER - PR015687

OSCAR FLEISCHFRESSER - PR021505

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITORIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DESTA CORTE.

1. Ação monitória. Cumprimento de sentença.
2. O reexame de fatos e provas não é permitido nesta via recursal ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.
3. Decisão da Presidência de e-STJ fls. 273/277 reconsiderada. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Em face das razões constantes do agravo interno de e-STJ fls. 273/277, reconsidero a decisão proferida pela PRESIDÊNCIA DO STJ de fls. 269/270 (e-STJ), e passo a novo exame do agravo em recurso especial interposto por ATIVA INVESTIMENTOS S/A CORRETORA DE TÍTULOS, CÂMBIO E VALORES, contra decisão que negou provimento ao recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 18/06/2019.

Concluso ao gabinete em: 25/03/2020.

Ação: monitória ajuizada pela recorrente, em face de JOSEANE RENDAK DALBERTO E RODRIGO OTÁVIO DALBERTO LTDA, embasada em contrato de operações no mercado.

Agravo de Instrumento: interposto pela recorrida contra decisão interlocutória proferida nos autos de cumprimento de sentença, a qual deferiu o pedido de desconsideração da personalidade jurídica.

Acórdão: deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela recorrida, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. IMPOSSIBILIDADE PELA MERA INEXISTÊNCIA DE BENS DA EMPRESA DEVEDORA OU ESTADO DE INSOLVÊNCIA. NECESSÁRIA DEMONSTRAÇÃO DO ABUSO DE DIREITO CARACTERIZADO PELO DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. ART. 50 DO CÓDIGO CIVIL. CONFUSÃO PATRIMONIAL ENTRE EMPRESA EXECUTADA E SÓCIO NÃO DEMONSTRADA. EMPRESA EXECUTADA QUE CONTRATOU SERVIÇO DE "HOME BROKER" FORNECIDO PELA EXEQUENTE. CERTO VALOR INVESTIDO, PAGO DIRETAMENTE PELO SÓCIO DA EMPRESA EXECUTADA PARA A EMPRESA CREDORA. APORTE DESSE VALOR PELO SÓCIO QUE NÃO CONFIGURA, POR SI SÓ, CONFUSÃO PATRIMONIAL. E AUTORIZAR A DESCONSIDERAÇÃO. NECESSÁRIA DEMONSTRAÇÃO DO INTENTO EM OCULTAR, ENGANAR E LESAR CREDORES. REQUISITOS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NÃO PREENCHIDOS. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

1. Mantém-se o que já decidido anteriormente no sentido de que somente o estado de insolvência indicado na decisão agravada não admite a desconsideração da personalidade jurídica.

2. A contratação dos serviços de "home broker" por um dos sócios não configura prática de ato abusivo, visto que a contratação se deu em nome da empresa executada. Não há demonstração de que referido sócio tenha se utilizado dos serviços contratados para benefício próprio, e não da sociedade.

3. Para que fique configurada confusão patrimonial entre sócios e sociedade, necessário que se demonstre que o aporte de capital realizado pelos sócios da empresa executada tenha nítido condão de enganar ou confundir terceiros, o que não se demonstrou na espécie.

4. O aporte de R\$100.000,00 (cem mil reais) por um sócio da empresa devedora para a empresa credora, relacionada aos serviços contratados de "home broker" não configura, por si só, confusão patrimonial, considerando-se, inclusive, que não demonstrado nenhum intento da empresa executada em ocultar patrimônio ou lesar terceiros, ainda que esteja inadimplente.

5. Ausente, portanto, a comprovação de abuso, caracterizado pelo desvio de finalidade (ato intencional dos sócios com intuito de fraudar terceiros) ou confusão patrimonial, requisitos que não se presumem, não há que se falar em sentido de que somente o estado de insolvência indicado na decisão agravada não admite a desconsideração da personalidade jurídica.

2. A contratação dos serviços de "home broker" por um dos sócios não configura prática de ato abusivo, visto que a contratação se deu em nome da empresa executada. Não há demonstração de que referido sócio tenha se utilizado dos serviços contratados para benefício próprio, e não da sociedade.

3. Para que fique configurada confusão patrimonial entre sócios e sociedade, necessário que se demonstre que o aporte de capital realizado pelos . sócios da empresa executada tenha nítido condão de enganar ou confundir terceiros, o que não se demonstrou na espécie.

4. O aporte de R\$100.000,00 (cem mil reais) por um sócio da empresa devedora para a empresa credora, relacionada aos serviços contratados de "home broker" não configura, por si só, confusão patrimonial, considerando-se, inclusive, que não demonstrado nenhum intento da empresa executada em ocultar patrimônio ou lesar terceiros, ainda que esteja inadimplente.

5. Ausente, portanto, a comprovação de abuso, caracterizado pelo desvio de finalidade (ato intencional dos sócios com intuito de fraudar terceiros) ou confusão patrimonial, requisitos que não se presumem, não há que se falar em desconsideração da personalidade jurídica (e-STJ fls. 183/185).

Recurso especial: alega violação do art. 50 do CC, defendendo ser possível a desconsideração da personalidade jurídica na hipótese de confusão patrimonial, a qual prescinde da comprovação do elemento subjetivo da conduta dos sócios ou administradores.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido pelo Tribunal de origem acerca da ausência de comprovação de abuso, caracterizado pelo desvio de finalidade ou de confusão patrimonial a ensejar a desconsideração da personalidade jurídica da recorrida, demandaria o reexame de fatos e provas o que não é permitido na via especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

Forte nessas razões RECONSIDERO a decisão da Presidência de fls. 269/270 (e-

STJ), para CONHECER do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHECER do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora